

Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais

Andreia Pelegrini, Thiago Elpídio Cardoso, Gaia Salvador Claumann,
André de Araújo Pinto, Erico Pereira Gomes Felden

Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC,
Florianópolis, SC, Brasil.

Resumo: Introdução: Condições adversas de trabalho são inerentes ao serviço policial e podem ter impacto negativo na saúde física e mental desses profissionais, interferindo também em sua prática laboral. Objetivo: Analisar a percepção das condições de trabalho e o estresse ocupacional em policiais civis e militares de Unidades de Operações Especiais de Santa Catarina. Método: Participaram do estudo 84 policiais civis e militares, do sexo masculino, com média de idade de 34,68 (DP = 6,00) anos, atuantes em Unidades de Operações Especiais (BOPE, COPE, SAER, BAPM). Foram coletadas informações sobre a percepção das condições de trabalho, por meio do questionário intitulado Perfil de Ambiente e Condições de Trabalho, e sobre o estresse ocupacional, por meio da *Job Stress Scale*. Resultados: A percepção das condições de trabalho, em relação ao escore geral, foi de 24,12 pontos, sendo o ambiente social (6,92 pontos) o componente que apresentou maior escore e a remuneração e benefícios (4,50 pontos), o menor escore. Quanto ao estresse ocupacional, mais da metade dos policiais identificou seu trabalho como de baixa demanda, baixo controle e baixo apoio social. Ainda, quase metade (45,2%) deles teve seu trabalho classificado como ativo. Observou-se correlação negativa entre as condições de trabalho e o estresse ocupacional. Conclusão: Os policiais civis e militares apresentaram percepção regular de suas condições de trabalho, de modo geral, e percepção mais negativa em relação à remuneração e benefícios e ao ambiente físico. Um em cada quatro policiais apresentou trabalho passivo e de alto desgaste, considerados de maior risco para adoecimento.

Palavras-chave: *Condições de Trabalho, Esgotamento Profissional, Polícia.*

Perception of work conditions and occupational stress among civil and military police officers of special operations units

Abstract: Introduction: Adverse working conditions are inherent in the police service and might have a negative impact in the physical and mental health of these professionals, interfering also in their work practice. Objective: To analyze the perception of working conditions and the occupational stress among civil and military police officers of the special operations units of Santa Catarina. Method: Participants were 84 civil and military male police officers, with mean age of 34.68 (sd = 6.00) years, acting in the special operations units (BOPE, COPE, SAER, and BAPM). The information about the perception of working conditions were collected using the Environment and Working Conditions Profile questionnaire, and information about occupational stress were collected using Job Stress Scale. Results: The perception of working conditions related to total score were 24.12 points, with social environment (6.92 points) the component with the highest score, and remuneration and benefits (4.50 points) the component with the lowest score. In relation to occupational stress, more than a half of the police officers identified their work as low demand, low control, and low social support. Moreover, almost a half (42.2%) of the police officers had their

work classified as active. A negative correlation between working conditions and occupational stress was found. Conclusion: Civil and military police officers demonstrated a regular perception of their working conditions, and a worse perception related to remuneration and benefits and physical environment. One in four police officers performs passive and high-wear work, considered to be at a greater risk of illness.

Keywords: *Working Conditions, Burnout, Police.*

1 Introdução

O serviço policial constitui importante recurso do Estado para a preservação da ordem pública, porém, para que os policiais exerçam suas funções de maneira satisfatória, são necessárias condições de trabalho favoráveis, tanto físicas quanto psicológicas (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). Entretanto, isso nem sempre é o verificado, pois eles estão frequentemente expostos a jornadas de trabalho extenuantes, à imprevisibilidade de horários de acionamento, a riscos iminentes de acidentes de trabalho, de ferimentos e morte em confrontos com criminosos, à sobrecarga de peso dos equipamentos específicos, bem como à falta de equipamentos de trabalho e segurança adequados, ao desordenamento de horários de sono, ao cansaço emocional e à baixa remuneração (OLIVEIRA; SANTOS, 2010; FONTANA; MATTOS, 2016). Esses fatores são considerados estressores ocupacionais e o estresse resultante deles, especialmente quando em níveis elevados, interfere de maneira direta na produtividade e eficiência dos profissionais, prejudicando o pensamento lógico e a habilidade de tomada de decisão em momentos críticos (LIPP; COSTA; NUNES, 2017), o que, conseqüentemente, pode influenciar, de forma negativa, a vida pessoal deles.

Diante desse cenário, a investigação das condições de trabalho e do estresse ocupacional em policiais de unidades convencionais tem sido recorrente (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011; FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2012; SANTANA et al., 2012; BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013; LIZ et al., 2014; ALMEIDA et al., 2017; ANDRADE; GUIMARÃES, 2017). Dentre os aspectos negativos referentes ao trabalho desses profissionais, destacam-se o trabalho repetitivo, a reduzida liberdade de decisão, o ritmo de trabalho acelerado, o excesso de esforço físico, a realização de atividades físicas rápidas e contínuas e a permanência por longos períodos em posições inadequadas e incômodas do corpo, principalmente da cabeça e dos braços (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2012).

Em relação ao estresse ocupacional, a quantidade de policiais brasileiros estressados é alarmante. Em um estudo conduzido com policiais militares de 97 municípios do estado do Rio Grande do Sul, observou-se que 72,39% e 16,99% deles apresentaram níveis médio e alto, respectivamente,

de estresse ocupacional (ALMEIDA et al., 2017). Andrade e Guimarães (2017) verificaram que 41,3% e 30,7% dos policiais militares pesquisados em Dourados (MS) apresentaram níveis moderado e severo, respectivamente, de estresse ocupacional. Além disso, a percepção de estresse em policiais tem sido apontada como superior quando comparada à de outras categorias profissionais, não somente pelo elevado risco, inerente à profissão, mas também pelas funções relativas ao cargo, pela sobrecarga de trabalho e pelas relações organizacionais das instituições (relações interpessoais, hierarquia e disciplina rígida, falta de reconhecimento e valorização financeira) (SOUZA et al., 2012).

Destaca-se que grande parte das informações disponíveis na literatura sobre diferentes aspectos da profissão e, especificamente, a respeito das condições de trabalho e estresse ocupacional é referente às unidades convencionais das Organizações das Polícias Militar e Civil brasileiras, observando-se carência de dados sobre as Unidades de Operações Especiais. Tais unidades se dedicam a atividades distintas, nas quais são exigidas dos policiais ainda mais atenção e precisão em suas práticas enquanto são submetidos a condições de trabalhos de risco ainda maior e mais propensas ao estresse, o que os torna um grupo de alto risco aos agravos à saúde física e mental. Assim, o presente estudo tem o objetivo de analisar a percepção das condições de trabalho e o estresse ocupacional em policiais civis e militares de Unidades de Operações Especiais de Santa Catarina.

2 Método

2.1 População e amostra

A população considerada para este estudo, de delineamento transversal, foi a de policiais civis e militares atuantes em quatro Unidades de Operações Especiais (UOEsp) do estado de Santa Catarina: o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e o Batalhão de Aviação (BAPM), da Polícia Militar, a Coordenadoria de Operações Policiais Especiais (COPE) e o Serviço Aeropolicial Civil (SAER), da Polícia Civil. Aos profissionais dessas quatro unidades é atribuído o apoio às unidades convencionais das corporações policiais em operações que apresentam elevado nível de complexidade e risco. Em comum, as quatro unidades são responsáveis por buscas e resgates

de alto risco e por escoltas de autoridades com alta complexidade. Especificamente ao BOPE e ao COPE é designado, entre outras funções, o patrulhamento de áreas de alto risco; o cumprimento de mandados de busca e apreensão de alto risco, bem como de prisão; e o gerenciamento de crises e tomada de reféns. O BAPM e o SAER realizam o patrulhamento aéreo e o apoio aéreo a perseguições e abordagens veiculares e a suspeitos em desconformidade com a lei. Ainda, juntos, o BOPE e o BAPM atuam no controle de distúrbios civis de alta complexidade e o COPE e o SAER apoiam o transporte de presos de alta complexidade.

Os critérios de inclusão adotados para participação no estudo foram: ser do sexo masculino, ter idade de 18 a 65 anos, estar lotado nas unidades do BOPE, BAPM, COPE ou SAER, do estado de Santa Catarina, e presente no quadro de funcionários ativos (não aposentados e não licenciados). Segundo esses critérios, a população foi composta de 84 policiais. Todos foram convidados a participar e não houve nenhuma recusa.

2.2 Procedimentos para coleta de dados

Inicialmente, realizou-se contato com os comandos das UOEsp selecionadas, a fim de apresentar os objetivos do estudo, bem como sua importância, solicitando-se a autorização para contato com os policiais e a condução da coleta de dados. Os responsáveis pelos comandos assinaram uma declaração de concordância com a realização da pesquisa. Em seguida, o pesquisador responsável fez contato com os policiais, convidando-os a participar. Os policiais, então, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e, após receberem instruções do pesquisador responsável sobre o preenchimento do questionário, responderam a este na própria unidade de lotação. O questionário entregue aos participantes foi composto de questões relacionadas às condições de trabalho e à percepção de estresse. O pesquisador responsável permaneceu no local da coleta de dados para o esclarecimento de eventuais dúvidas enquanto os participantes preenchiam os questionários. As coletas de dados ocorreram no segundo semestre de 2014, nos meses de setembro a novembro.

2.3 Variáveis do estudo

Utilizou-se o instrumento “Perfil de Ambiente e Condições de Trabalho”, proposto por Nahas et al. (2009), para avaliar a percepção das condições de trabalho. Trata-se de um questionário formado

por 15 questões, as quais apresentam respostas em uma escala *Likert* de quatro níveis (0 = ruim; 1 = regular/sofrível; 2 = bom/boa; 3 = excelente). As questões do instrumento buscam avaliar o ambiente e as condições de trabalho em relação a cinco domínios, compostos de três questões cada um: 1) ambiente físico (condições de limpeza e iluminação do local de trabalho, adequação ergonômica de mobiliário e equipamentos, condições de ruído e temperatura); 2) ambiente social (relacionamento com os demais trabalhadores, relacionamento com seu(s) chefe(s) imediato(s), oportunidade para expressar opiniões relacionadas ao trabalho); 3) desenvolvimento e realização profissional (crescimento e aperfeiçoamento profissional oferecidos pela instituição, nível de conhecimento/habilidade para realizar suas tarefas, grau de motivação e ânimo ao chegar para trabalhar); 4) remuneração e benefícios (remuneração em relação ao trabalho que realiza, benefícios de saúde oferecidos pela instituição aos trabalhadores, oportunidades de lazer e congraçamento entre trabalhadores e familiares); 5) relevância social do trabalho (imagem da instituição perante a sociedade, relevância do seu trabalho para a instituição e a sociedade, nível de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal/familiar). Os valores de cada questão foram somados, gerando um escore total (que poderia variar de zero a 45 pontos) e um escore para cada domínio (variando de zero a nove pontos), em que pontuações mais elevadas refletem a percepção de melhores condições de trabalho.

Para a avaliação do estresse ocupacional, foi utilizada a versão reduzida do questionário *Job Stress Scale*, traduzida e validada para o português por Alves et al. (2004). O instrumento é composto de 17 questões, divididas em três dimensões: demanda do trabalho (cinco questões relacionadas às pressões de natureza psicológica, como o tempo e a velocidade na realização do trabalho, bem como os conflitos entre as demandas contraditórias, as quais refletem o estresse ocupacional), controle no trabalho (seis questões que avaliam os aspectos referentes ao uso de habilidades intelectuais para a realização do trabalho e à autoridade decisória sobre este) e apoio social (seis questões que avaliam a qualidade do ambiente laboral, considerando os níveis das interações sociais com os colegas e chefes). Cada questão apresenta as respostas em escala *Likert* de quatro níveis (1 = frequentemente a 4 = nunca para as dimensões demanda e controle; 1 = concordo totalmente a 4 = discordo totalmente para a dimensão apoio social). Os valores de cada questão foram somados e geraram um escore total para cada dimensão, o qual poderia variar de seis a 24 pontos nas dimensões controle e apoio social

e de cinco a 20 pontos na dimensão demanda. Com isso, os valores das medianas das dimensões demanda e controle foram combinados e alocados em um modelo categorizado em quatro quadrantes que refletem situações distintas de trabalho: trabalho passivo (baixa demanda e baixo controle), trabalho ativo (alta demanda e alto controle), alto desgaste (alta demanda e baixo controle) e baixo desgaste (baixa demanda e alto controle).

2.4 Análise estatística

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva (média e desvio-padrão) e inferencial. A normalidade dos dados foi verificada por meio do teste *Kolmogorov Smirnov*. Utilizou-se a correlação de *Spearman* para investigar possíveis relações entre as variáveis. Recorreu-se ao teste *Kruskal-Wallis* para verificar diferenças entre as variáveis, seguido do *post hoc* Dunn. Na análise do estresse ocupacional, os policiais foram classificados em alta/baixa demanda, controle e apoio social por meio da mediana da distribuição dos escores. A classificação em trabalho ativo/passivo e de alto/baixo desgaste foi realizada com a combinação dos valores de mediana de demanda e controle. Adotou-se nível de significância de 5%. As análises foram realizadas no software IBM SPSS *Statistics 20*.

2.5 Aspectos éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Parecer 893.982/2014). Os responsáveis pelos comandos de cada unidade assinaram uma declaração de concordância com a realização da pesquisa, bem como todos os policiais assinaram o TCLE.

3 Resultados

Os policiais das UOEsp tinham média de idade de 34,68 (DP = 6,00) anos. Na análise da percepção das condições de trabalho, o ambiente social foi o componente que apresentou maior escore médio (6,92 pontos), seguido da realização profissional (6,39 pontos) e da relevância social do trabalho (6,31 pontos). O componente que apresentou menor escore médio foi remuneração e benefícios (4,50 pontos). Com relação ao estresse ocupacional, observou-se que mais da metade dos policiais identificou seu trabalho como de baixa demanda (53,6%), baixo controle (51,2%) e baixo apoio social (52,4%) (Tabela 1).

Em relação aos quadrantes do estresse ocupacional, para 4,8% dos policiais, o trabalho foi classificado como passivo, para 20,2%, como de alto desgaste, para 29,8%, como de baixo desgaste, e para 45,2%, como ativo (Figura 1).

Ao investigar possíveis relações entre o estresse ocupacional e as condições de trabalho, foram observados resultados significativos para todos os componentes da percepção das condições de trabalho com os índices de estresse relacionados ao controle e ao apoio social. Em relação à demanda, observou-se correlação com todos os componentes da

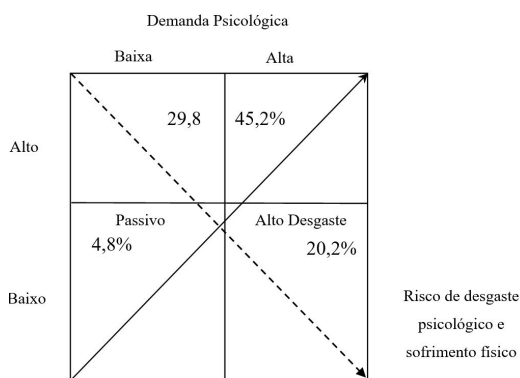


Figura 1. Percentuais de policiais de acordo com a distribuição nos quadrantes do estresse ocupacional.

Tabela 1. Características gerais dos policiais civis e militares das Unidades de Operações Especiais de Santa Catarina.

Variáveis	Índices
Idade, anos	34,68(6,00)
Percepção das condições de trabalho, pontos	
Geral	24,12(4,87)
Ambiente físico	4,82(1,75)
Ambiente social	6,92(1,64)
Desenvolvimento e realização profissional	6,39(1,58)
Remuneração e benefícios	4,50(1,81)
Relevância social do trabalho	6,31(1,30)
Estresse ocupacional	
Demanda, pontos	13,48(2,36)
Alta, %	46,4
Baixa, %	53,6
Controle, pontos	18,30(1,41)
Alto, %	48,8
Baixo, %	51,2
Apoio social, pontos	19,49(2,73)
Alto, %	47,6
Baixo, %	52,4

%; frequência relativa.

percepção das condições de trabalho, com exceção do ambiente físico e desenvolvimento e realização profissional (Tabela 2).

Os policiais com alta demanda apresentaram valores médios mais baixos em todos os componentes da percepção das condições de trabalho quando comparados aos seus pares com baixa demanda. Em relação às dimensões controle e apoio social, observou-se que os policiais com baixo controle e baixo apoio social apresentaram valores mais baixos em todos os componentes da percepção das condições de trabalho, com exceção da relevância social do trabalho (Tabela 3).

Foram observadas diferenças significativas entre os quadrantes do estresse ocupacional e os componentes da percepção das condições de trabalho, com exceção dos componentes remuneração e benefícios

e relevância social do trabalho. Observou-se que os policiais com alto desgaste apresentaram pontuação geral da percepção das condições de trabalho inferior em relação àqueles com baixo desgaste. Os policiais com alto desgaste também apresentaram valor inferior no componente ambiente físico em relação àqueles com trabalho passivo. Ainda, os policiais com alto desgaste apresentaram valores inferiores nos componentes ambiente social e desenvolvimento e realização profissional comparados aos policiais com baixo desgaste e trabalho ativo (Tabela 4).

4 Discussão

Em relação aos resultados do presente estudo sobre a percepção das condições de trabalho, a pontuação média geral observada foi de 24,12, em uma escala que varia de zero a 45 pontos, considerando-se admissível

Tabela 2. Correlação entre percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional de policiais.

Condições de trabalho	Estresse ocupacional					
	Demanda		Controle		Apoio social	
	r	p-valor	r	p-valor	r	p-valor
Geral	0,327	0,002	- 0,387	< 0,001	0,512	< 0,001
Ambiente físico	- 0,154	0,161	0,336	0,002	0,382	< 0,001
Ambiente social	- 0,243	0,026	0,268	0,014	0,546	< 0,001
Desenvolvimento e realização profissional	- 0,196	0,074	0,437	< 0,001	0,485	< 0,001
Remuneração e benefícios	- 0,259	0,017	0,222	0,042	0,811	< 0,001
Relações sociais no trabalho	- 0,316	0,003	0,270	0,013	0,728	< 0,001

r: correlação linear de Spearman.

Tabela 3. Comparação dos valores médios das dimensões da percepção das condições de trabalho com as dimensões do estresse ocupacional de policiais civis e militares de unidades de operações especiais de Santa Catarina.

Condições de trabalho	Estresse ocupacional					
	Demanda		Controle		Apoio social	
	Baixa	Alta	Baixo	Alto	Baixo	Alto
	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)
Geral	25,42(5,23)	22,62(3,96)	22,42(4,14)	25,90(4,97)	22,42(4,14)	25,90(4,97)
p-valor	0,005		< 0,001		< 0,001	
Ambiente físico	5,18(1,77)	4,41(1,65)	4,14(1,77)	5,54(1,43)	4,14(1,77)	5,54(1,43)
p-valor	0,011		< 0,001		< 0,001	
Ambiente social	7,22(1,70)	6,56(1,50)	6,49(1,62)	7,37(1,55)	6,49(1,62)	7,37(1,55)
p-valor	0,034		0,016		< 0,001	
Desenvolvimento e realização profissional	6,71(1,60)	6,03(1,49)	5,74(1,20)	7,07(1,66)	5,74(1,20)	7,07(1,66)
p-valor	0,033		< 0,001		< 0,001	
Remuneração e benefícios	4,91(1,88)	4,03(1,63)	4,07(1,81)	4,95(1,73)	4,07(1,81)	4,95(1,73)
p-valor	0,034		0,022		0,034	
Relevância social do trabalho	6,58(1,42)	6,00(1,07)	6,12(1,14)	6,51(1,43)	6,12(1,14)	6,51(1,43)
p-valor	0,026		0,119		0,053	

\bar{x} : média; (dp): desvio-padrão.

Tabela 4. Comparação dos valores médios das dimensões da percepção das condições de trabalho com os quadrantes do estresse ocupacional de policiais civis e militares de unidades de operações especiais de Santa Catarina.

Condições de trabalho	Quadrantes do estresse ocupacional			
	Alto desgaste	Passivo	Ativo	Baixo desgaste
	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)	\bar{x} (dp)
Geral	20,88(3,87) ^a	24,75(1,71) ^{a,b}	24,55(4,66) ^{a,b}	25,56(5,30) ^b
p-valor		0,010		
Ambiente físico	4,12(1,83) ^a	6,25(0,50) ^b	4,84(1,53) ^{a,b}	5,04(1,99) ^{a,b}
p-valor		0,033		
Ambiente social	5,71(1,36) ^a	7,50(1,29) ^{a,b,c}	7,21(1,51) ^{b,c}	7,20(1,73) ^{b,c}
p-valor		0,004		
Desenvolvimento e realização profissional	5,41(1,06) ^a	6,50(1,00) ^{a,b,c}	6,68(1,65) ^{b,c}	6,60(1,66) ^{b,c}
p-valor		0,013		
Remuneração e benefícios	4,06(1,68)	4,50(1,73)	4,37(1,88)	5,00(1,80)
p-valor		0,402		
Relevância social no trabalho	5,71(0,99)	6,25(0,96)	6,29(1,23)	6,76(1,51)
p-valor		0,061		

\bar{x} : média; (dp): desvio-padrão. Letras distintas representam diferenças significativas entre as categorias dos quadrantes.

inferir que os policiais participantes percebem que possuem condições regulares de trabalho. Quanto aos componentes das condições de trabalho, aqueles relacionados à remuneração e benefícios e ao ambiente físico apresentaram pontuações médias inferiores (4,5 e 4,8, respectivamente) comparados aos demais.

O componente “remuneração e benefícios” está relacionado à percepção do profissional sobre seu salário em relação ao trabalho que realiza, aos benefícios de saúde que a instituição em que trabalha oferece, bem como às oportunidades de lazer e confraternizações. Dessa forma, parece que os policiais não estão satisfeitos com a contrapartida do Estado, pelo serviço que prestam à sociedade. É possível que haja um sentimento de não valorização dos esforços empregados em sua atividade profissional que os expõe a situações de elevado risco físico e psicológico, além de não proporcionar condições adequadas e suficientes de saúde e lazer. Os resultados do estudo de Minayo (2013) oferecem suporte a essas suposições, pois evidenciaram que os policiais civis e militares consideram que o seu salário é insuficiente e carece de um plano de carreira e de promoções, além de que encontram problemas de acesso aos serviços de saúde para si e para sua família, fatores que se configuraram como falta de reconhecimento.

Ainda, a respeito do componente “ambiente físico”, o ambiente de trabalho de policiais que atuam em atividades operacionais é caracterizado por ser extremamente dinâmico, pois o policial ora está dentro da viatura, ora está atuando nas comunidades ou em sua unidade de trabalho. Parece

claro que nem sempre esses ambientes são adequados à individualidade ergonômica de cada policial e nem sempre ele atuará em condições salubres quanto a temperatura, ruídos, iluminação e limpeza, o que possivelmente justifica a insatisfação com o ambiente físico. Além disso, segundo Teixeira et al. (2014), a percepção positiva em outros componentes parece influenciar a percepção sobre o ambiente físico. Assim, acredita-se que por estarem insatisfeitos com a remuneração pelos serviços prestados, os policiais tendem a perceber o ambiente físico de trabalho mais negativamente, embora não seja possível desconsiderar o grau de risco ao qual estão submetidos no ambiente laboral.

No que concerne ao estresse ocupacional, a maior parte dos policiais das UOEsp apresentou baixa demanda, baixo controle e baixo apoio social. Isto significa que a maioria deles considera que sofre poucas pressões de natureza psicológica na realização do seu trabalho (baixa demanda), o que pode ser considerado surpreendente diante do real nível de complexidade e risco envolvido nas funções que desempenham. Apesar disso, a possibilidade de utilizarem habilidades intelectuais para a realização do seu trabalho, bem como a autoridade para tomar decisões, é pouca (baixo controle). Ademais, consideram que a interação social no trabalho e o apoio dos colegas não são bons ou são poucos (baixo apoio social). A literatura aponta que a interação entre alta demanda, baixo controle e baixo apoio social é a condição que resulta em maior estresse ocupacional, sendo, conseqüentemente, mais nociva

à saúde física e mental do trabalhador (KARASEK; THEORELL, 1990). No entanto, esse não foi o cenário observado entre os policiais das UOEsp, pois eles apresentaram baixa demanda. Ressalta-se, porém, que o baixo suporte e o não reconhecimento social em relação ao trabalho podem ser fonte de sofrimento para os policiais (SPODE; MERLO, 2006), além da combinação de baixa demanda com baixo controle poder ocasionar perda de habilidades e desinteresse (ALVES et al., 2004).

Na avaliação dos quadrantes do estresse ocupacional, o grupo estudado apresentou maior frequência no quadrante de trabalho ativo (45,2%). O trabalho ativo resulta da combinação de alta demanda com alto controle, ou seja, é uma condição em que há excesso de demandas, mas estas não se tornam tão prejudiciais, pois o profissional é capaz de criar estratégias para lidar com estas, utilizando habilidades específicas e tendo autonomia na tomada de decisões (THEORELL, 1996). Devido às características das atribuições dos policiais, especialmente daqueles cujas funções são exclusivamente operacionais, como é o caso dos que atuam nas UOEsp, acredita-se que a alta demanda é inerente à profissão. Embora os policiais que atuam na área administrativa também sejam suscetíveis ao estresse ocupacional, há evidências de que aqueles de caráter operacional tendam a apresentar maiores níveis de estresse (LIZ et al., 2014). Dessa forma, considera-se positivo que a maioria dos policiais das UOEsp tenha apresentado alto controle diante da alta demanda, pois, do contrário, estariam em situação de alto desgaste, a qual acarreta maior estresse ocupacional.

Nesse sentido, é importante destacar que 20,2% dos policiais foram classificados nessa situação de alto desgaste, enquanto 4,8% apresentaram trabalho passivo. Tais condições são também consideradas as de maior risco para o adoecimento (URBANETTO et al., 2011). Tais informações demonstram a necessidade de acompanhamento dos policiais por órgãos responsáveis que detêm a função de zelar pela qualidade de vida desses profissionais (URBANETTO et al., 2011). Outras medidas possíveis incluem, por exemplo, o monitoramento da saúde dos policiais por profissionais, como psicólogos e psiquiatras, e o monitoramento dos pedidos de afastamento dos policiais por motivos relacionados à saúde, especialmente ao estresse ocupacional, com o objetivo de planejar e desenvolver ações preventivas quando necessário; assim como incluir no processo de formação desses profissionais o desenvolvimento de habilidades que auxiliem no enfrentamento do estresse (ALMEIDA et al., 2017).

Quanto às relações observadas entre as condições de trabalho e o estresse ocupacional, verificou-se que quanto maior a demanda, pior a percepção das condições de trabalho e, à medida que aumentam o controle e o apoio social, melhoram as condições de trabalho. De forma semelhante à relação entre maior demanda e pior percepção das condições de trabalho no estudo de Minayo et al. (2011), foi evidenciado que os policiais não somente consideravam as suas condições e situações de trabalho fontes de estresse, mas também geradoras de enfermidades e responsáveis por uma péssima qualidade de vida.

Além disso, percebeu-se que os policiais das UOEsp com alta demanda, baixo controle e apoio social, bem como aqueles com alto desgaste, foram os que apresentaram pior percepção das condições de trabalho. Esses achados evidenciam a relação negativa de aspectos como a sobrecarga de trabalho, a insalubridade, a falta de autonomia em decisões referentes ao trabalho, a valorização das habilidades do profissional e o apoio que recebem de sua chefia e de seus colegas, com as condições laborais.

Os resultados do presente estudo devem ser interpretados com cautela, considerando, principalmente, o delineamento transversal dele, o qual impossibilita estabelecer a direção das relações entre as percepções das condições de trabalho e o estresse ocupacional. Ainda, as análises realizadas incluíram todos os policiais participantes, não sendo comparadas as diferentes UOEsp, as quais possuem atribuições em comum, porém também desenvolvem atividades bastantes distintas, principalmente as unidades de serviços aéreos em relação às demais. Ressalta-se que uma das razões para que as UOEsp não tenham sido comparadas diz respeito ao tamanho reduzido da amostra investigada. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros, na possibilidade de trabalharem com amostras maiores, verifiquem as especificidades das UOEsp em relação às percepções das condições de trabalho e ao estresse ocupacional.

5 Conclusão

Os policiais civis e militares que atuam em UOEsp de Santa Catarina apresentaram, de modo geral, percepção regular de suas condições de trabalho. Os componentes remuneração e benefícios e ambiente físico foram percebidos de forma mais negativa. Em relação ao estresse ocupacional, a maioria dos policiais considerou seu trabalho como de baixa demanda, controle e apoio social. Além disso, observou-se relação direta, de forma inversa, entre as condições de trabalho e o estresse ocupacional. Logo, percebe-se a importância do investimento do Estado

na melhoria das condições de trabalho dos policiais, em especial na parte da remuneração e benefícios e na melhora das condições do ambiente físico na qual o Estado tem controle, como investimento em equipamentos mais eficientes. Estes, por sua vez, podem refletir de forma positiva tanto nas condições de saúde do policial quanto na prestação de serviço de segurança pública com mais qualidade e eficácia para a sociedade.

Referências

ALMEIDA, D. M. et al. Avaliação do estresse ocupacional no cotidiano de policiais militares do Rio Grande do Sul. *Organizações em Contexto*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 215-238, 2017.

ALVES, M. G. et al. Versão resumida da "job stress scale" adaptação para o português. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 164-171, 2004.

ANDRADE, J. S.; GUIMARÃES, L. A. M. Estresse ocupacional, hardiness, qualidade de vida de policiais militares. *Revista Laborativa*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 80-105, 2017.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013.

FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 989-1000, 2012.

FONTANA, R. T.; MATTOS, G. D. Vivendo entre a segurança e o risco: implicações à saúde do policial militar. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 77-84, 2016.

KARASEK, R.; THEORELL, T. *Health work: stress, productivity, and reconstruction of working life*. New York: Basic Books, 1990.

LIPP, M. E. N.; COSTA, K. R. S. N.; NUNES, V. O. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 46-53, 2017.

LIZ, C. M. et al. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de

policiais militares. *Revista Cubana de Medicina Militar*, Havana, v. 43, n. 4, p. 467-480, 2014.

MINAYO, M. C. S. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 611-620, 2013.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

NAHAS, M. V. et al. Reprodutibilidade de uma escala para avaliar a percepção dos trabalhadores quanto ao ambiente e às condições de trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 34, n. 120, p. 179-183, 2009.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.

SANTANA, A. M. C. et al. Occupational stress, working condition and nutritional status of military police officers. *Work*, Reading, v. 41, n. 1, p. 2908-2914, 2012.

SOUZA, E. R. et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

TEIXEIRA, C. S. et al. Percepção de ambiente e condições de trabalho de músicos de orquestra. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 39-18, 2014.

THEORELL, T. The demand-control-support model for studying health in relation to the work environment: an interactive model. In: ORTH-GÓMER, K.; SCHNEIDERMAN, N. (Ed.). *Behavioral medicine approaches to cardiovascular disease*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996. p. 69-85.

URBANETTO, J. S. et al. Estresse no trabalho da enfermagem em hospital de pronto-socorro: análise usando a Job Stress Scale. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 5, p. 1122-1131, 2011.

Contribuição dos Autores

Andreia Pelegrini participou da concepção do estudo, da análise e da interpretação dos dados, da redação do texto e da revisão crítica. Thiago Elpídio Cardoso participou da concepção do estudo, da coleta, da tabulação dos dados e da redação do texto. Gaia Salvador Claumann e André de Araújo Pinto participaram da redação do texto e da revisão. Erico Pereira Gomes Felden participou da análise e interpretação dos dados e da revisão crítica. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.